

Robério Davi Borges Cunha

INTRODUÇÃO

Na tessitura deste artigo buscamos reinterpretar a Historiografia etnocêntrica dos povos indígenas, com autores, como: Varnhagen((1878) *em História Geral do Brasil*, Capistrano de Abreu *em Capítulos de História Colonial* (1976), autores integrantes de uma “antiga concepção de historiografia” arregimentados teoricamente por discussões positivistas e historicistas(o último, em particular), que em geral, não valorizavam os povos indígenas na condição de protagonistas da História do Brasil, e nem tampouco as contribuições culturais destes povos a nossa cultura.

Podemos sintetizar o pensamento de Varnhagen sobre os povos indígenas numa passagem de História Geral do Brasil, na qual categoriza estes povos como: “não podemos dizer que os povos encontrados no Brasil, viviam um estágio de colonização, mas de barbárie”(Varnhagen, 1976, p.30). Assim presenciamos no pensamento deste autor uma “postura etnocêntrica”, em concomitância com o pensamento social presente por toda a sociedade colonial, resistindo até o período imperial no século XIX e meados do republicano, constituindo numa representação negativa sobre os povos indígenas o que esteve presente no discurso historiográfico, apesar de autores como Abreu(1976) *em Capítulos da História Colonial*, definir o colonizador como “alienígenas que se mesclaram com as mulheres indígenas”(1976, p.29), e como resultado formaram uma nação plural, e multiétnica, ou em outras palavras “híbrida” , na historiografia colonial e pós-colonial até a década de 80 vai erguer uma imagem negativa sobre os povos indígenas, o que vai se modificada com a “incursão cultural na História”, que vai redefinir a história colonial, imprimindo-lhe um novo sentido, especialmente na relação entre indígenas e não-indígenas.

Como produtos desta vertente temos as historiadoras: Laima Mesgravis(2010) e Laura de Mello e Souza(2009), que discutem sobre os povos indígenas orientados pelo viés cultural. Sendo Mesgravis(2010) analisando sobre os discursos colonialistas, e dividindo-os em: cronistas leigos, viajantes e religiosos, e pensando a sociedade colonial brasileira, a partir deles e sua possível ruptura com o discurso historiográfico tradicional; e Souza(2009) *em “O Diabo e a Terra de Santa Cruz”*, no qual elabora um

estudo visto sob o prisma do cotidiano, enfatizando a religião popular e as práticas da religião indígena.

Assim analisamos este período juntamente com uma reflexão sobre o filme: Caramuru a invenção do Brasil, que relata a história verídica de Diogo Alvares que veio ao Brasil entre 1500 e 1530, e que através de suas práticas redefiniu o cotidiano entre indígenas e não-indígenas, reinventando a história. Neste sentido vislumbramos fazer uma reinvenção dos povos indígenas com um discurso que valorize a cultura, a identidade, e o cotidiano destes povos tendo o filme e a nova historiografia como aportes epistemológicos na tessitura de uma história dinâmica que junto à fonte fílmica estabeleça saberes diverso a serem perpassados sobre os povos indígenas, fazendo uma reinvenção sobre estes povos na história do Brasil.

OS POVOS INDÍGENAS: ENTRE A INTERCULTURALIDADE E O FILME “CARAMURU A INVENÇÃO DO BRASIL”

A proposta intercultural segundo Akkari(2010) vem com um projeto de ruptura com o etnocentrismo, interpretando as culturas de maneiras diferenciadas, enxergando-as a partir de sua heterogeneidade, ou no dizer da autora, levando-se em consideração seu relativismo cultural, que diz respeito a “analisar e avaliar os conhecimentos de indivíduos de culturas diferentes”(Akkari, 2010, p.19), segundo critérios lingüísticos e históricos.

Neste sentido a interculturalidade é uma possibilidade discursiva, do ponto de vista cultural que permite contemplar a cultura indígena tal qual ela é representada por eles, como um “mosaico multifacetado”, isto é, como um todo complexo e diversificado, dotado de culturas híbridas e diversas que devem interagir com os não-indígenas, mas que devem “negar” sua cultura em detrimento das dos não-indígenas, conforme denota a historiografia recorrente sobre o período colonial, que afirma que os povos indígenas meslaram-se a outras culturas como forma de manutenção cultural e própria existência delas, ou se isolaram pelo norte do país, como temos casos atualmente, preservando uma essência sem a interferência de outras culturas, o que é difícil de verificar em tribos indígenas atuais, onde mesmo com a preservação de seus hábitos culturais e cotidiano como a prática religiosa do Toré apresenta traços de outras

culturas, o que denota o hibridismo cultural presente nessas tribos e que é sua identidade se constituí, por meio de trocas de experiências com outras culturas, mas que possui uma ancestralidade diferente dos não-indígenas.

Por este motivo afirmamos que os indígenas possuem um hibridismo cultural, que de acordo com os estudos de Hall (2006) discorre a respeito dos deslocamentos culturais ocorridos com a globalização e do egresso as velhas culturas, que ela chama de diásporas, ratificando a importância de uma miscelânea cultural na “era global” que tende a uniformizar, mas segundo ele a diversidade se sobressaiu a esta tendência, e isto notamos numa fala deste autor que diz: “As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos.” (Hall, 2006, p.89). Nesta fala vemos que este autor coaduna com a idéia da existência de uma diversidade cultural, corporificada na concepção de hibridismo cultural, e afirma que é isso é um fenômeno moderno, e que as identidades locais e globais nutrem-se deste aspecto e se disseminam no mundo, como uma estratégia de sobrevivência, logo este conceito é importante para entender a ramificação da cultura indígena e suas continuidades e discontinuidades ao longo da história.

Ainda discorrendo sobre os povos indígenas convém ressaltar as contribuições de Apolinário (2006) em *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão – políticas indígena e indigenista ao norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins século XVIII*, onde ela discute sobre a história dos povos indígenas do Piauí num viés cultural e político, mostrando que as políticas indígena e indigenista deflagraram um cenário de luta e resistência e que a gestão colonial desprestigiou os povos indígenas colocando-os em conflitos e guerras o que dizimou grande parcela da população indígena neste estado. Sobre estas políticas ela argumenta sua opinião expressa numa fala que pode se sintetizada no seguinte argumento que diz:

Assim como a política indígena se afigurava dinâmica e multifacetada, a política indigenista buscou toda forma de prática de poder para submeter os ameríndios, localizados no norte da capitania de Goiás, na lógica do projeto colonial. Objetivava-se torná-los vassalos de El rei no intuito de discipliná-los para o devir da “civilização” e inseri-los nos ditames socioeconômicos e cultural luso-brasileiros.(Apolinário, 2006, p.253)

Desta forma vemos que as leis colonialistas não viam os povos indígenas e nem tinham o interesse em auxiliar estes povos, mas sim os interesses econômicos e políticos é que estavam em voga, o que denota um descaso com a cultura destes povos em relação a do colonizador, por isso seu cotidiano e interculturalidade vem como uma proposta de ressignificar a produção sobre os povos indígenas no Brasil que os valorizem como protagonistas da história e os legitimem em seus direitos de natureza: econômica, política e, sobretudo cultural.

Discutimos ainda sobre o cotidiano dos povos indígenas verificando que a partir de suas “táticas e astúcias” (Certeau, 2008) imiscuídas num campo cultural eles resistiram e perpetuaram sua cultura e tradições no cotidiano da sociedade colonial brasileira, mas que para entendê-las e assimilá-las recorremos ao discurso da interculturalidade refletindo em autores como Fluri(2002) em *Intercultura: Estudos emergentes*, na qual o autor evoca a importância da cultura sob um prisma intercultural, no qual os povos indígenas são contemplados, a partir, de seus valores, hábitos, cotidiano e cultura, e são segundo esta concepção devem ser assimilados pelo outro, por intermédio destes “valores” desconstruindo os paradigmas teóricos e epistemológicos erigidos no “altar da tradicional historiografia”. Desta forma concebemos novas possibilidades para se trabalhar os povos indígenas em sala de aula, fazendo uma reinvenção destes na Historiografia brasileira, tendo como premissas a sua cultura, cotidiano e “novas demarcações” historiográficas, associado ao filme *Caramuru* a invenção do Brasil produzido e dirigido por Guel Arraes em 2001, em comemoração aos 500 anos de “descobrimento” do Brasil.

A fonte fílmica segundo Moretin(2003) possui uma intencionalidade, legitimação de fatos e eventos históricos e toda uma intencionalidade presente na ideologia da trama, nas posições das cores, fotografias, textuais e dos autores realizando um movimento de interpretação da História, por isso trilhamos com este saber e identificamos na película proposta uma forma de abordar didaticamente seja nas escolas e universidades o “descobrimento do Brasil”, e o embrião da “futura sociedade colonial” , de forma narrativa, descontraída e dinâmica, pois no filme vemos o protagonista Diogo Álvares migra como degredado a Bahia e lá conhece as índias: Paraguaçu e sua irmã, e constitui um contato interétnico, a partir do momento em que ele tem um relacionamento com elas, formando um triângulo amoroso, o que garante

sua sobrevivência na tribo. Arelado a este fator, por sua astúcia e perspicácia ele consegue “sobreviver” as intempéries do período colonial, nos mostrando outras facetas discursivas para se pensar os povos indígenas, assim enxergamos este filme como uma fonte importante para o estudo e análise dos povos indígenas, com um caráter intercultural e cotidiano, com a “leveza epistemológica” se constitui numa rica ferramenta para entendermos o período colonial brasileiro e problematizarmos esta película em sala de aula ao lado das concepções tradicionais tecidas sobre os povos indígenas, ressignificamos as concepções destes povos, com um olhar voltado para valorizar as contribuições que estes nos legaram ao decorrer de todo o período colonial do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas no Brasil necessitam ser revisitados nos seus lugares de produção e discussão, sendo problematizados à luz dos Estudos Culturais, tendo como aporte fontes, orais, musicais, teatrais e fílmicas numa concepção que dialoguem com as interfaces da intercultura, cotidiano, e valorização das identidades indígenas, situando - os como protagonistas históricos, mas, desconstruindo os paradigmas epistemológicos enraizados no excludente e conservador discurso da “tradicional historiografia”, na busca de uma renovação de sentido sobre a atuação destes povos na construção da cultura no nosso país.

Para isto, desenvolvemos este artigo em consonância com os estudos culturais, numa vertente que nos possibilitou ver e aceitar o discurso do outro, sem interferências pessoais que geram discursos preconceituosos e estereotipados acerca destes povos, assim vislumbramos um repensar da sociedade colonial, tendo estes povos como eixo-norteadores do processo histórico, vistos numa concepção historiográfica, cultural e fílmica, problematizando estas “fontes”, com o intuito de promover os povos indígenas a protagonistas da História, sem perder de vista sua importância nos dias atuais, caracterizando-os a partir de seu “híbridismo cultural” (Canclini, 2006), e ressaltando suas contribuições no decorrer História em nosso país.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800. Pref: José Honório Rodrigues. 6º Ed. Revista e anotada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1976.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII. Goiânia, Kelps, 2006.

AKKARI, Abdeljalil. Introdução às perspectivas interculturais em educação. Salvador. EDUFBA, 2010.

CARAMURU, A invenção do Brasil. Direção: Guel Arraes. Intérpretes: Selton Mello, Deborah Seco, Camila Pitanga, Luís Mello, Diogo Villela, Deborah Bloch, Tonico Pereira. Comédia. Columbia Tristar Vídeo do Brasil, 2001, 1 DVD, 88 min. Produzido no pólo industrial de Manaus.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano vol 1 – Artes de Fazer. 15º Ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias (org). Intercultura: estudos emergentes. Ijuí. Ed: Ijuí, Rio Grande do Sul, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Ed 11. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). Historiografia brasileira em perspectiva, São Paulo, Contexto, 2010.

MORETIN, Eduardo Victorio. História Questões & Debates nº 38, p.11- 42, 2003, Curitiba, UFPR. Disponível em: ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/história/article/download/2713/2250.A. Acessado em: 29 de Outubro de 2011 às 16:30.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil vol : antes de sua separação e independência de Portugal; Revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.